



#MERCADO

Turismo injetará US\$ 16 trilhões na economia global na próxima década

COLUNA ADRIANO NOGUEIRA, PÁGINA 6

#MUDANÇAS

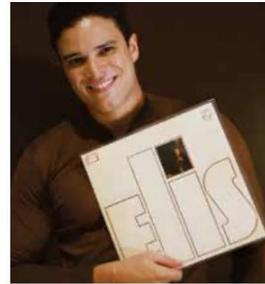
Janela partidária altera bancadas na Câmara Municipal; maior, PDT tem 13 cadeiras; PSD está com 7

PÁGINA 10

#DESINFORMAÇÃO

Sobre crise com X, Barroso afirma que toda empresa que opera no Brasil deve cumprir Constituição

PÁGINA 12



#MÚSICA

Cearense Marcos Lessa apresenta tributo inédito a Elis Regina no Teatro RioMar Fortaleza

PÁGINA 13

#SISTEMA

#TRANSIÇÃO

COMO A REFORMA TRIBUTÁRIA PODE GERAR MAIS JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL

As discussões para estabelecer um sistema tributário mais moderno, simples e justo estiveram nas discussões políticas do País nas últimas quatro décadas. Promulgada no fim do ano passado pelo Congresso Nacional, a reforma segue em processo de regulamentação. A transição para o novo sistema será gradual, com as mudanças começando a partir de 2026

PÁGINAS 4 E 5

RS 3,00



EDMAR SOARES

SAÚDE

Entregue pelo prefeito Sarto, novo Frocinha de Messejana terá capacidade para 350 cirurgias e 6 mil atendimentos por mês [PÁGINA 11](#)

/economia

#SIMPLIFICAÇÃO

#SISTEMA

Como a reforma tributária pode gerar mais justiça social

A necessidade de estabelecer um sistema tributário mais moderno, simples e justo esteve nas discussões políticas do Brasil nas últimas quatro décadas. Promulgada no fim do ano passado pelo Congresso, a reforma prevê unificação de impostos e fundo de R\$ 60 bilhões

Candice Machado
economia@ootimista.com.br

Quando a geladeira quebrou, a empregada doméstica Maria Alves, 25 anos, precisou improvisar. Ela contou com a compreensão dos dois filhos, além da paciência e de uma gaveta da geladeira da vizinha para conservar seus alimentos. Após seis meses, a moradora de Fortaleza reconquistou autonomia doméstica em 12 parcelas de R\$ 166 sem juros, totalizando quase R\$ 2 mil, no qual estão embutidos R\$ 924 de tributos. Os encargos são os mesmos tanto para ela, que recebe salário mínimo de R\$ 1.412, quanto para um gerente comercial com renda mensal de R\$ 10 mil, por exemplo, ou qualquer outro consumidor brasileiro.

Mas essa medida entranhada na hora da compra acaba levando um pedaço muito maior de quem ganha pouco. Os impostos pagos por Maria na geladeira nova representaram 65,44% do seu salário. Para nosso gerente hipotético, corresponderiam a apenas 9,24% da sua renda em um mês. "A forma como os tributos são coletados pode ter um impacto significativo na distribuição de renda e na justiça social", afirma o advogado tributarista e sócio de Mota Advogados, Marcell Feitosa.

"É essencial que os impostos sejam desenhados não apenas para financiar despesas públicas, mas também para promover a equidade e a inclusão social"

Marcell Feitosa, advogado tributarista e sócio de Mota Advogados

Para ele, implementar um sistema tributário capaz de reduzir desigualdades exige uma abordagem cuidadosa, que considere tanto a capacidade contributiva dos indivíduos quanto as necessidades sociais. "É essencial que os impostos sejam desenhados não apenas para financiar despesas públicas, mas também

para promover a equidade e a inclusão social. Isso significa avaliar cuidadosamente os impactos diretos e indiretos dos impostos sobre diferentes grupos sociais e ajustar as políticas tributárias para mitigar efeitos regressivos, que possam agravar as desigualdades existentes", aponta.

As discussões para estabelecer um sistema tributário mais moderno, simples e justo estiveram nas discussões políticas nas últimas quatro décadas. Ao menos três grandes Projetos de Emenda à Constituição (PECs) foram discutidos no Congresso Nacional desde a redemocratização, mas nenhum deles foi para frente. Finalmente, a reforma tributária (PEC 45/2019) foi aprovada pelo Congresso em dezembro de 2023 e oficializada por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023.

A proposta promulgada traz várias mudanças com o potencial de impactar a justiça tributária, particularmente no que tange à distribuição da carga tributária entre diferentes grupos de renda, avalia Feitosa. "Essas alterações visam simplificar o sistema tributário, promover a equidade e fomentar o crescimento econômico".

Mudanças

Para desembaraçar o emaranhado brasileiro de tributos, a reforma prevê a extinção e substituição de três impostos (IPI, ICMS e ISS) e de duas contribuições (PIS e Cofins) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos estados

e municípios, e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a cargo do governo federal. Esses dois impostos correspondem ao Imposto de Valor Agregado, que no Brasil será duplo (IVA Dual). "Isso pode beneficiar tanto consumidores quanto empresas pela maior previsibilidade e simplicidade na tributação", explica o especialista.

Além disso, o advogado tributarista destaca que, para compensar as perdas de benefícios fiscais com a unificação dos impostos, a reforma cria o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, garantindo recursos para pessoas jurídicas e físicas afetadas durante o período de transição até 2032. "Este fundo, juntamente com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), tem como objetivo mitigar desigualdades regionais e fomentar o desenvolvimento, investindo em infraestrutura e inovação nos estados", acrescenta.

No Brasil, o IVA Dual incidirá de forma não cumulativa e somente sobre o produto no destino final. Desse modo, ele acaba com a ocorrência de impostos em cascata, reduzindo o ônus sobre os contribuintes, e também dá fim à chamada guerra fiscal, quando cidades e estados disputam para atrair investimento de empresas por meio da concessão de benefícios tributários.

Outras medidas de proteção da renda dos mais pobres, são as isenções tributárias para a cesta básica nacional, medicamentos para tratamento de doenças graves e serviços de educação superior através do Programa Universidade Para Todos (Prouni). Além disso, produtos de higiene pessoal e limpeza consumidos por famílias de baixa renda e a produção agropecuária por pequenos produtores recebem tratamento tributário favorável.

Porém, apesar das diversas medidas para promover a equidade fiscal, Marcell Feitosa salienta que o sucesso na redução da injustiça tributária dependerá de sua implementação efetiva e dos ajustes que podem ser necessários ao longo do tempo.

"Enquanto a reforma tributária apresenta um quadro promissor para abordar a injustiça tributária, monitoramento contínuo, avaliações e possíveis ajustes serão essenciais para assegurar que ela efetivamente diminua a carga sobre os menos favorecidos e contribua para uma distribuição mais equitativa da carga tributária no Brasil", reforça.

/economia

#TRANSIÇÃO

#REGRAS

Caminhos e desvios para implantação do novo modelo

A reforma tributária segue em processo de regulamentação. A PEC estabeleceu até junho o prazo para envio das propostas. A transição para o novo sistema será gradual, com período preparatório nos primeiros anos, seguido de implementação progressiva a partir de 2026

A transição para o novo sistema tributário será gradual, com um período preparatório nos primeiros anos, seguido de implementação progressiva das novas regras, começando em 2026 com alíquotas parciais do IBS e do CBS. Em 2027, PIS e Cofins deixarão de existir e a CBS será totalmente implementada.

De 2029 a 2032, deverá haver uma redução paulatina das alíquotas do ICMS e do ISS e elevação gradual do IBS, até a vigência integral do novo modelo em 2033. Quanto à transição da cobrança de impostos da origem para o destino, a expectativa é que ocorra em 50 anos, de 2029 até 2078.

O longo tempo de implementação permite ajustes, mas exige atenção. “Essa abordagem visa minimizar choques econômicos e permitir ajustes conforme necessário”, analisa o advogado tributarista e sócio de Mota Advogados, Marcell Feitosa.

Mas a proposta deve atravessar alternâncias políticas que precisam ser observadas, complementa o economista e membro do Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE), Ricardo Eleutério. “Nós vivemos em uma democracia, teremos alternâncias políticas ao longo desses 10, 20, 30 ou mais anos, e a reforma tributária pode sofrer alterações que precisam ser examinadas ao longo do tempo. Mas já é um marco importante. A política fiscal sempre foi um desafio, pois ela mexe com a distribuição da renda e da riqueza entre as pessoas, entre os segmentos sociais, entre as regiões do País”, observa.

Com a reforma, o governo criará um Fundo de Desenvolvimento Regional para financiar projetos de desenvolvimento em estados mais pobres. Inicialmente orçado em R\$ 60 bilhões por ano a partir de 2043, o fundo foi um dos principais pontos de embates durante as discussões.

Regulamentação

Atualmente, a reforma tributária segue em processo de regulamentação. A emenda promulgada pelo Congresso Nacional definiu um prazo de 180 dias (até junho) para o envio das propostas. O Ministério

“A política fiscal sempre foi um desafio, pois ela mexe com a distribuição da renda e da riqueza entre as pessoas, entre os segmentos sociais, entre as regiões do País”

Ricardo Eleutério, economista e membro do Corecon-CE

da Fazenda estabeleceu 19 Grupos Técnicos (GTs) que estão atuando na elaboração das regras e detalhes. Ao todo, 73 dispositivos necessitam de regulamentação. A perspectiva é que o texto da regulamentação seja enviado ao Congresso até 15 de abril.

A ideia é dividir a regulamentação do novo sistema de impostos do país em Projetos de Lei Complementar (PLCs). A divisão pode mudar conforme a leitura política do governo, mas espera-se que três projetos sejam apresentados.

O primeiro para regulamentar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o novo Imposto Seletivo criado para incidir sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. O segundo para tratar da governança do comitê gestor do IBS com a participação de estados e municípios. O terceiro para tratar do contencioso administrativo.

mais

Entenda as mudanças da reforma tributária:



/economia

#SIMPLIFICAÇÃO

#IMPOSTOS

Reforma precisa aliviar carga tributária no bolso do brasileiro

Neste ano, até ontem, os brasileiros já pagaram R\$ 1,02 trilhão em tributos federais, estaduais e municipais, sendo R\$ 19,26 bilhões no Ceará, segundo o Impostômetro. Carga tributária deve continuar a mesma com a reforma, mas o governo espera corrigir desperdícios do sistema

DAVI FARIAS

Candice Machado

economia@ootimista.com.br

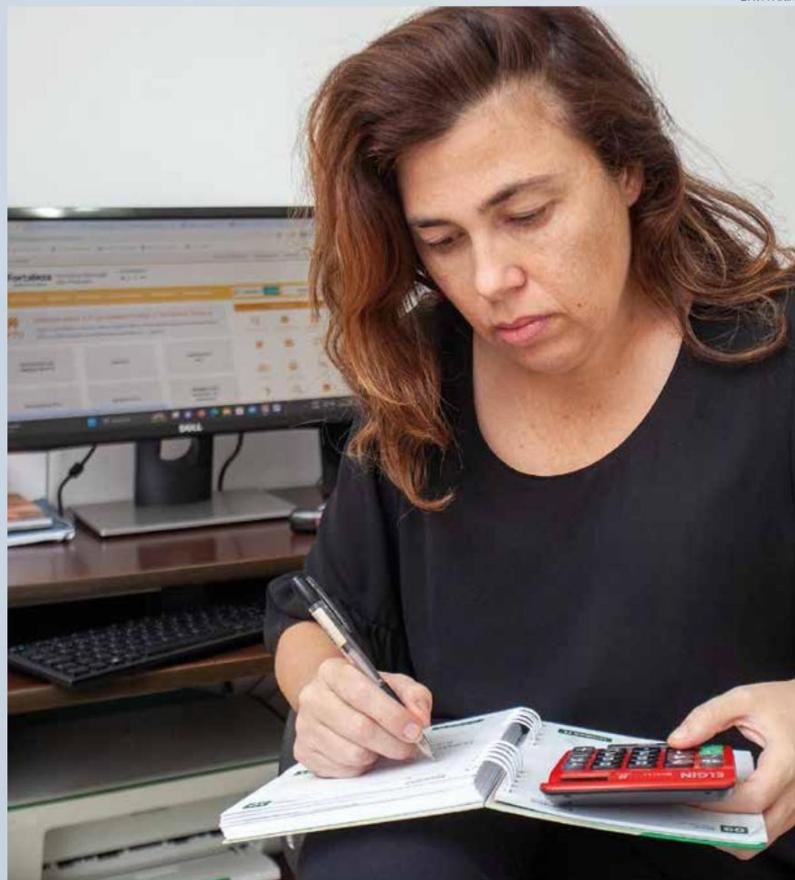
Os brasileiros já pagaram R\$ 1,02 trilhão em tributos neste ano, de 1º de janeiro até ontem, segundo dados do Impostômetro, painel eletrônico da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) que divulga em tempo real a quantia arrecadada por estados, municípios e União. No Ceará, em igual período, o acumulado é de R\$ 19,26 bilhões, e de R\$ 847,86 milhões em Fortaleza.

O valor acumulado nacionalmente, até então, seria suficiente para pagar 50 salários-mínimos por mês, durante 1,81 milhão de anos. Daria ainda para comprar mais de duas milhões de cestas básicas, aponta o Impostômetro. Apesar de ter uma das maiores cargas tributárias do mundo, o Brasil ainda deixa a desejar no que diz respeito à relação proporcional entre pagamento de impostos e retorno social, em serviços como educação, saúde e segurança, por exemplo.

Após 20 anos atuando no ramo do direito imobiliário, a advogada Germana Alcântara, 45 anos, foi diagnosticada com Síndrome de Burnout, distúrbio emocional que tem como principal causa o excesso de trabalho, segundo o Ministério da Saúde. O estado emocional dela, que mora em Fortaleza, resultou em uma série de adoecimentos que a fizeram passar por seis cirurgias no intervalo de um ano.

"Eu tive burnout, me alimentava mal, não fazia exercícios. Precisei de uma histerectomia, o que me fez engordar muito, além do que já estava. Depois tive que fazer bariátrica, retirada da vesícula, retirada do apêndice, cirurgia para pedra nos rins, nódulos na garganta e abdominoplastia", relata a advogada, que lançou mão de recursos privados para cuidar de sua saúde e bem-estar. Ela paga R\$ 1.500 por mês por um plano médico, além de taxas extras para as intervenções cirúrgicas, que custaram em torno de R\$ 30 mil.

"Você vê que grande parte da população não conseguiria pagar esse tipo de plano de saúde, muito menos esse valor a mais. Quando a gente mais precisa, quando a gente



A advogada Germana Alcântara exemplifica como, no Brasil, a relação entre pagamento de impostos e retorno social é desigual

se vê em um estado de adoecimento crônico, como foi meu caso, a gente não consegue contar com o sistema público, apesar de pagar ICMS e o Imposto de Renda, por exemplo. O serviço existe, mas são muitas pessoas precisando, e a verdade é que a gente não confia quando é questão de vida. Quem pode, busca atendimento particular", afirma.

Bem-estar social

Conforme o Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (Irbes), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), entre os 30 países com a maior carga tributária, o Brasil é o que proporcionalmente o pior retorno dos valores arrecadados com tributos. No País, in-

"Por outro lado, há uma necessidade no País de aumento de arrecadação para cobrir os gastos excessivos que estão sendo criados pelo governo federal"

Sérgio Melo, economista e membro da Academia Cearense de Economia

felizmente, ainda precisamos pagar por diversos serviços privados, que deveriam ser oferecidos com mais qualidade pelo setor público.

"Nesse contexto, a reforma tributária, promulgada no fim do ano passado, precisa aliviar a carga tributária sobre o bolso do brasileiro", observa o economista, consultor empresarial e membro da Academia Cearense de Economia (ACE), Sérgio Melo.

Com a reforma, o governo não busca diminuir nem aumentar a carga tributária vigente no País. A diferença, segundo os defensores do texto, é que o modelo vai ficar mais simples, a cobrança será mais eficiente e o desperdício das empresas será menor. Isso porque, hoje, o mo-

delo tributário brasileiro é considerado caótico e gerador de distorções.

Os dados mais recentes da Receita Federal apontam uma carga tributária nacional de 33,7%, em 2022. Em 2023, a prévia da carga tributária caiu para 32,44% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Tesouro Nacional, mas o número oficial, divulgado pela Receita Federal, só deverá ser divulgado ao longo do segundo semestre deste ano.

A reforma tributária segue em processo de regulamentação. A expectativa é que o governo envie ao Congresso, na próxima semana, dois projetos de lei que regulamentam pontos da reforma tributária. A informação foi transmitida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após reunião com o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, lideranças no Congresso e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, nessa segunda-feira (8).

"Nos comprometemos, aqui, a encaminhar semana que vem complementação da reforma tributária. Ela já está fechada na Fazenda, mas há uma tramitação a ser feita na Casa Civil. Vai chegar ao presidente da República, que passará a mensagem", informou Haddad.

Para o economista Sérgio Melo, é preciso aguardar a apresentação das leis complementares em elaboração pelo Ministério da Fazenda, para apreciação do Congresso Nacional, para que se possa ter uma ideia mais clara dos impactos da reforma.

"Por outro lado, há uma necessidade no País de aumento de arrecadação para cobrir os gastos excessivos que estão sendo criados pelo governo federal", reforça.

mais

Confira a carga tributária incidente sobre diversos produtos e serviços no Brasil:



#PROJETO

#TRANSFORMAÇÃO

A reforma tributária e o futuro socioeconômico do Brasil

Projeto prevê arranjos e instrumentos para desembaraçar o sistema tributário complexo do País, mas o impacto e a efetividade da reforma ainda são incertos. Além disso, os tributos cobrados sobre a renda e o patrimônio dos cidadãos e das empresas não são alvo desta etapa



O economista Lauro Chaves diz que a simplificação tributária pode melhorar o ambiente de negócios nacional, mas acredita que a reforma não vai resolver o "Custo Brasil"

DIVULGAÇÃO

Candice Machado
economia@ootimista.com.br

Atualmente, mais de 50 tributos, entre taxas, impostos e contribuições revelam a complexidade de um modelo fiscal que necessita, principalmente, de simplificação no Brasil. A reforma tributária, promulgada pelo Congresso Nacional no fim de 2023 e que segue em fase de regulamentação, prevê arranjos e instrumentos para desembaraçar esse sistema complexo, mas o impacto e a efetividade ainda são incertos. Além disso, os tributos cobrados sobre a renda e o patrimônio dos cidadãos e das empresas não são alvo desta etapa inicial da reforma e podem ter grande impacto na eficácia e resultados.

Todo o arcabouço da reforma parte, principalmente, da substituição de três impostos (IPI, ICMS e ISS) e duas contribuições (PIS e Cofins) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que juntos formarão o Imposto de Valor Agregado duplo (IVA Dual).

Nesse contexto, unificar impostos e simplificar o sistema de cobrança pode gerar mais transparência sobre o que o consumidor está pagando e encorajar uma maior responsabilidade fiscal. Além disso, um ambiente de

negócios estável e previsível é crucial para fomentar a economia.

"A simplificação melhora a atividade econômica, reduz a burocracia e facilita a entrada de mais empresas, gera mais investimentos e mais empregos", avalia o vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE) e gerente-executivo do Banco do Nordeste (BNB), Wandemberg Almeida.

Na opinião dele, a reforma tributária pode trazer um processo inflacionário, porém defende que será passageiro. "Isso vai gerar uma certa intranquilidade inicialmente, mas teremos adequações ao longo do tempo para que os setores possam se adaptar e, assim, os custos sejam reavaliados. No longo prazo, esse efeito inflacionário vai deixar de existir", acrescenta.

Professor da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e presidente da Academia Cearense de Economia (ACE), Lauro Chaves Neto diz que a simplificação tributária pode melhorar o ambiente de negócios nacional, mas acredita que a reforma não vai resolver a problema do "Custo Brasil", expressão usada para se referir a um conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas, trabalhistas e econômicas que atrapalham o crescimento do País.

"Isso vai gerar uma certa intranquilidade inicialmente, mas teremos adequações ao longo do tempo para que os setores possam se adaptar"

Wandemberg Almeida,
vice-presidente
do Corecon-CE e
gerente-executivo do BNB

Impacto

Conforme a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a estimativa é que o "Custo Brasil" retire R\$ 1,5 trilhão por ano das empresas do País, representando 20,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

"Precisamos ter muita prudência, porque ainda não se sabe qual vai ser a alíquota do IVA, que está estimada em torno de 27% e 28% e, ainda assim, seria o maior no mundo. Então, teremos uma simplificação, mas nada garante que vai ter uma redução da carga tributária", observa Lauro Chaves.

"No Brasil, além da carga tributária ser elevada e do sistema fiscal ser um pandemônio, a cobrança é muito injusta. A tributação é muito maior para quem tem menos e, muitas vezes, quem poderia pagar mais não é tributado. Isso acontece porque a maior parte da nossa carga tributária está resumida em impostos sobre o consumo. É preciso ter um imposto maior sobre renda, patrimônio, lucro e herança. É isso que é feito na maior parte dos países desenvolvidos, e o que levaria a uma justiça tributária e social muito mais efetiva", acrescenta.

Para o pesquisador sênior do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice/Fundação Sintaf), Lúcio Maia, no momento em que se tributa mais o patrimônio e a renda de forma progressiva, e se tributa menos os bens e serviços, fatalmente se gera mais justiça fiscal.

"Qualquer país que queira se desenvolver tem que fazer a sua carga tributária progressiva, ou seja, cobrar mais tributo de quem tem maior poder aquisitivo, para que essa receita arrecadada possa ser aplicada em políticas públicas. Mas isso precisa ser feito de maneira substancial. Acabar com o benefício fiscal, o chamado juros sobre o capital próprio, em que você reduz a linha do pagamento de imposto de renda em 50%, para voltar a cobrar esse im-

posto na sua base integral", explica.

A aplicação da reforma tributária também pode encontrar obstáculos devido a interesses políticos e diferenças regionais, particularmente na distribuição das receitas tributárias entre estados e municípios. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) é um instrumento criado pela reforma tributária para mitigar as desigualdades regionais e sociais, mediante repasses da União para a realização de estudos, projetos e obras de infraestrutura.

"Nós não sabemos exatamente quais são as fontes de recursos do FNDR e muito menos como será a sua aplicação e distribuição. As bancadas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste precisam estar atentas no Congresso Nacional para que o desenvolvimento regional continue sendo uma prioridade dentro do nosso arcabouço fiscal e tributário", destaca Lauro Chaves.

mais

Confira entrevista com Francelino Valença, presidente da Fenafisco:

